

Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola

Conceitos, Preceitos e Preconceitos do
Nacionalismo Angolano

*Manuel Jorge**

Introdução

O nacionalismo é a expressão da luta de uma nação para obter o reconhecimento da sua Identidade Nacional, o que supõe a existência de um abstracto cultural comum, a afirmação de valores e interesses gerais, em detrimento dos interesses particulares. Em Angola o nacionalismo encontra-se enfraquecido por causa do relaxamento do espírito de Nação. E a luta pela etnocracia, que veio substituir a luta pela democracia, ameaça a unidade do Estado angolano e a existência de Angola como nação independente.

As autoridades portuguesas declararam sempre que a sua principal preocupação era a *assimilação* do homem africano. Mas, durante muito tempo, se excluímos o esforço efectuado pelas escolas missionárias, os africanos foram

deixados, na sua maioria, na ignorância. O Acto Colonial de 1930, que reformulou a terminologia oficial, chamando de novo *colónias*, o que até ali tinha o nome de Províncias de Ultramar, propunha-se, como objectivo essencial, fazer participar os africanos à comunidade cultural portuguesa. É sobretudo a partir desse momento que a dupla realidade cultural angolana vai tomar forma. Ao lado da realidade cultural africana, vai criar-se uma cultura europeia que será, pouco a pouco, dominante.

A realidade cultural africana está enraizada na realidade geográfica mesma de Angola. Mas ela é diferente das outras realidades culturais existentes em África e aparece assim como o ponto de partida para a formação de uma estrutura civilizacional de um tipo novo. Durante muito tempo o colonialismo portu-



Luanda - Photo Michel Pérez

guês negou a realidade dessa cultura. Mas essa sempre resistiu e está hoje em expansão. O pensamento dos colonialistas em Angola foi um dos mais redutores. Ao mesmo tempo que na esfera económica procurava-se reduzir o homem africano ao simples papel de produtor de mercadorias, de que o colonialismo tinha necessidade, na esfera social, ele reduzia o africano ao simples papel de sujeito, no sentido de submetido. Na esfera cultural, a ambição do colonialismo, várias vezes repetida, era a de reduzir o africano ao simples papel de portador de valores europeus.

É verdade que não podemos negar que a coexistência no mesmo território de europeus e africanos implica uma interacção que se faz, independentemente dos pontos de vista das sociedades em presença. Mas não é sob este ângulo que a questão deve ser analisada. Trata-se, aqui, de saber se a interacção implica, obrigatoriamente, a exclusão de uma das culturas em contacto. A resposta é, necessariamente, negativa. Porque, se ainda não fosse, já não haveria interacção. Ora, sob a influência do colonialismo português, desenvolveu-se uma tendência, mesmo entre os intelectuais de origem angolana, a negar a possibilidade e a realidade expressiva das culturas negro-africanas, cada vez que estas não se regulassem pelos valores culturais europeus.

A realidade social impunha, no entanto, a realização dos princípios expressos por aqueles que se reclamavam da tradição humanista e cristã na colonização. A resistência cultural vai partir dos beneficiários destas ilhas de tolerância. Desde a segunda metade do século XIX, jornalistas, no início (Paixão Franco e Pereira do Nascimento, sobretudo) e escritores, em seguida, tomam a decisão de exprimir o seu apego aos valores sócio-culturais africanos, ao mesmo tempo que denunciavam o carácter obscurantista da política de assimilação praticada pelos portugueses.

As sementes estavam lançadas! As gerações, no século XX, vão prosseguir a obra de contestação

pacífica do projecto cultural do colonialismo português, dentre os quais, Assis Júnior, no início do século, será o principal representante, e vão radicalizar, cada vez mais, as suas reivindicações culturais.

Os fundamentos

Quando, nos anos 1940, os jovens intelectuais angolanos lançam a palavra de ordem: “Vamos descobrir Angola”, as premissas estão criadas para a passagem da resistência cultural não armada à resistência cultural armada. Com efeito, é esta geração de jovens escritores que nos finais dos anos 1950, constando o impasse a que conduz a resistência não armada, não se contenta já a partir “à descoberta de Angola”. Como as portas estavam sistematicamente fechadas pelo colonizador português, estes jovens decidem abrir uma brecha pela força.

A geração de Viriato da Cruz, Agostinho Neto, Mário de Andrade, António Jacinto e tantos outros é uma geração de literatos empurrados para a política, em virtude da força de inércia do colonialismo português. Aliás, são esses mesmos literatos que, em várias ocasiões, nos lembrarão esse facto. Para eles, a luta armada de libertação nacional é um facto cultural, senão um instrumento de cultura. O idealismo dessa geração condu-los a conceber o nascimento do *homem novo*, fruto da *nova cultura*.

Para os líderes do Movimento pela Independência, a cultura é a vida mesma do povo, porque, em última análise, a nação se alimenta com a sua própria cultura. A resistência cultural revela-se, aos membros da sociedade dominada, como o único reduto em que foram encurralados. A identidade cultural apresenta-se, assim, no seu aspecto activo, quer dizer, como elemento principal da identidade nacional.

A angolanidade

Não é, aliás, por acaso que um certo número de autores tentaram

definir a angolanidade “como um facto simultaneamente político e cultural”. Os contornos da angolanidade foram definidos ao longo dos tempos por camadas sucessivas. A angolanidade já não é hoje (mas foi-o porventura alguma vez?) o que Costa Andrade entendia por este conceito: “Um processo histórico que tem as suas raízes na negritude”, dizia ele. A angolanidade mudou de natureza e, sobretudo, de fundamento. A angolanidade foi tecida pela acção conjugada de três factores: a realidade geográfica, a estrutura social e a organização política. É este último factor que parece ser determinante no processo de evolução da angolanidade.

O esforço feito pela classe intelectual angolana, no sentido da afirmação do facto cultural africano encontrou dois obstáculos: a falta de instrumentos e a falta de um quadro autónomo de e para a sua expressão. É que a colonização portuguesa impunha um limite duplo a todos aqueles que pretendiam representar os valores locais: não somente a língua utilizada devia ser a do colonizador, mas também, e sobretudo, o pensamento expresso devia estar em sintonia com os princípios da colonização portuguesa.

Um desses princípios foi enunciado por Ernesto de Vilhena nos termos seguintes: “O negro, para se poder aperfeiçoar e melhorar as condições materiais e morais da sua vida, deverá abandonar uma grande parte do que constituía a sua própria cultura, e adoptar os valores da nossa civilização, adaptando-se, nos seus limites, a certas funções e obrigações, com o fim de demonstrar a sua aptidão e a sua capacidade, e mostrar que tais valores podem ser necessários e profícuos para o progresso geral da comunidade de que fará parte, a partir de agora.”

Nesse processo a escola portuguesa vai desempenhar um papel importante, senão principal. Mas o fluxo cultural não se fará em sentido único. Sob a influência do meio ambiente, produzir-se-á uma interacção entre a cultura local e a cultura europeia dominante.

Dois dos elementos do método de colonização português devem ser postos em relevo, em virtude do papel que desempenham: por um lado, a língua, por outro, a instrução. A língua, segundo A. Silva Rego, é um elemento tão importante na colonização que ela é posta, em segundo lugar, depois da religião. “A língua da metrópole portuguesa, diz ele, foi o veículo de expressão de todos estes milhões de seres humanos empenhados na obra comum, para a grandeza da Pátria comum... E o resultado foi maravilhoso.”

A assimilação

Mas, no seu esforço para a assimilação dos espíritos é a escola portuguesa que vai desempenhar o papel principal. Era preciso criar elites locais, que serviriam de pilar à política colonial. Mas os problemas suscitados pelo sistema educativo eram graves. Para evitar esses problemas, o regime de Salazar, que resultou do golpe de Estado de 1926, apoiando-se na distinção entre *indígenas* e *civilizados*, criou um sistema de educação com dois degraus: um para portugueses e assimilados e outro para indígenas.

Enquanto o primeiro seguia o regime em vigor na metrópole, o segundo limitava-se a dispensar um ensino rudimentar, cujo fim essencial era ensinar os seus destinatários a falar, ler e escrever a língua portuguesa. Um tal sistema não podia deixar de ter repercussões sobre os outros níveis de ensino e, sobretudo, sobre o ensino superior.

Foi preciso esperar os meados dos anos 1960 para que, sob a influência da política conduzida pelo angolano Pinheiro da Silva, então Secretário de Estado da Educação em Angola, se constataste um acréscimo importante da população angolana escolarizada. O progresso do sistema de ensino angolano é, então, tão importante que o facto é assinalado na imprensa estrangeira.

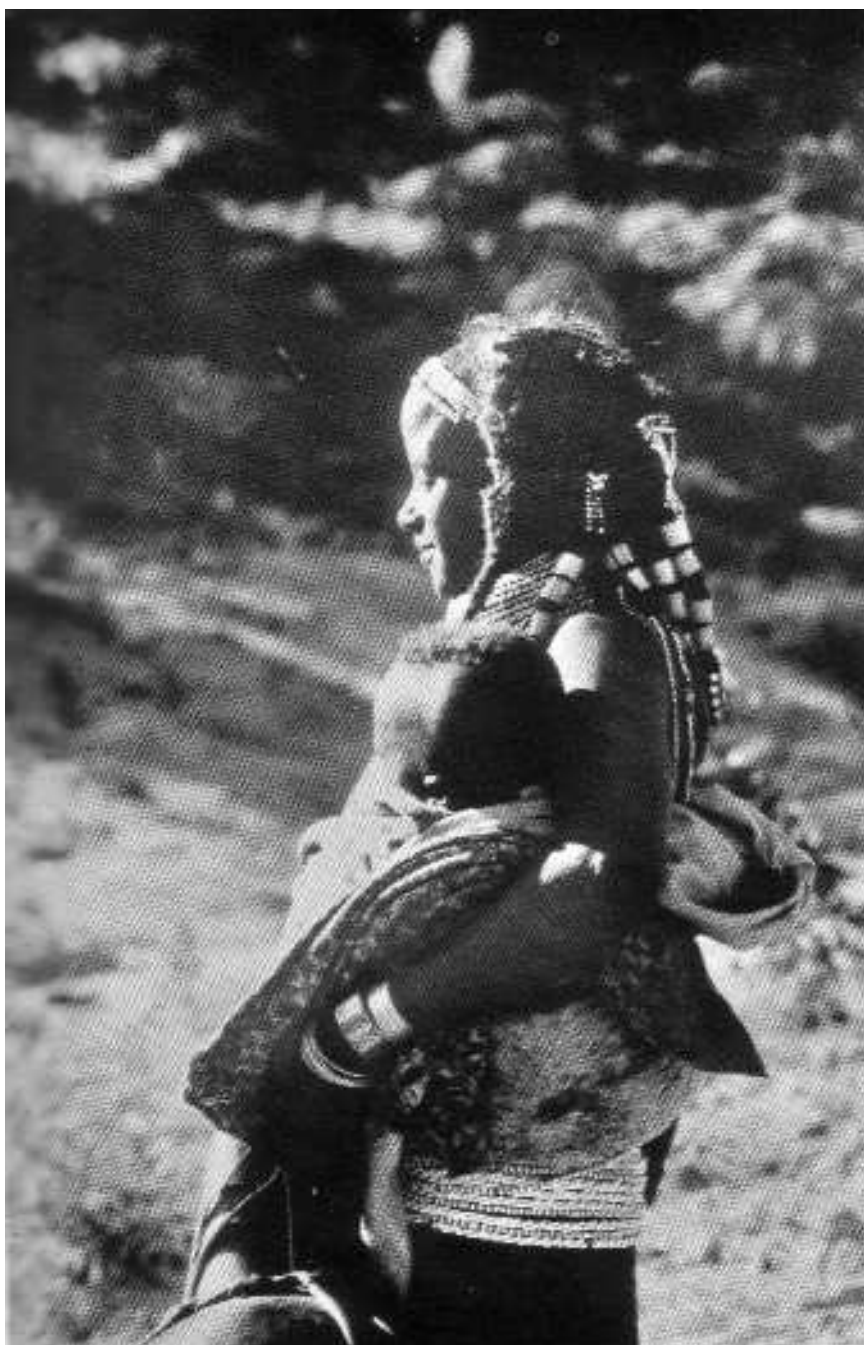
Tendo acedido à cultura portuguesa através da instrução, o angolano encontra-se face a um dilema

cultural: politicamente, ele é um assimilado aos portugueses, mas deverá ele, também, ser culturalmente português? A solução do dilema depende de factores dependentes e independentes da vontade dos indivíduos. Sob o efeito da interacção das culturas, a língua portuguesa africanizou-se e o homem europeu também se angolanizou.

Veículo da cultura portuguesa e instrumento de dominação, a língua portuguesa não sai vencedora no combate que lhe impõe o meio ambiente africano, que resiste aos seus assaltos.

Silva Rego exprime esse facto com elegância e cortesia: “A língua nacional, adaptando-se a todas as latitudes, tomou novas ressonâncias, vergou-se a quase todas as exigências, perdeu consoantes, abriu vogais, imitou novos sons, empobreceu, enriqueceu... para o bem da humanidade.”

O exemplo da transformação da língua portuguesa no Brasil vai repetir-se em Angola, porque, como diz Viriato da Cruz, “os colonizadores portugueses não negam a existência de uma *cultura negra*; o que eles negam, através de uma argu-



Mulher Muila



Juventude na Escola

Nação e diversidade étnica

No domínio étnico, trata-se de reconhecer o direito à diferença, às diferentes componentes da Nação. A ideia central que comanda tal acção é o postulado seguinte: os membros da nação são, simultaneamente, iguais e diferentes. Se eles são iguais perante a lei, eles são diferentes quanto às origens, às culturas e às psicologias. É, pois, necessário reconhecer a diversidade étnica da Nação e, sobretudo, afirmar o princípio segundo o qual não existe, no território angolano, uma etnia dominante.

É que a Nação enriquece-se com as suas próprias contradições e, com o esforço feito, para resolvê-las de maneira justa e apropriada. Onde não há contradição, não há evolução. Com efeito, a luta de libertação nacional é, também, uma luta pela identidade nacional. A soberania não é, no fundo, senão o resultado do esforço feito por uma comunidade, que decide de a utilizar, para melhor afirmar a sua existência e a sua originalidade.

Na luta contra a opressão colonial, essa afirmação da personalidade nacional supõe, entre outras coisas, a libertação cultural. É a razão pela qual Mário de Andrade, falando de Angola, revela que: "... a questão cultural sempre esteve articulada nas diferentes fases do nacionalismo."

Não se trata aqui, aliás, de uma questão particular das sociedades dependentes. Max Weber, por exemplo, fazia da cultura o fim e o fundamento de toda a política de potência.

Em África, o problema da afirmação da identidade nacional continua na ordem do dia dos debates entre intelectuais e homens políticos. As questões debatidas continuam a ser, com algumas nuances, as que foram levantadas por Mário de Andrade, desde 1962: "Como assegurar o renascimento cultural dos países anteriormente colonizados? Que espaço deverá ser reservado à tradição? Como elaborar uma cultura africana original, que tenha em conta, ao mesmo tempo, a tradição a as aquisições da civilização moderna?"

mentação que eles intitulam de *científica e definitiva*, e mesmo nos actos - o que é mais importante - é que tais culturas possam servir de base a verdadeiras e novas civilizações." Este processo de transformação linguística, que se desenvolve pela força das coisas, tem que vencer a oposição dos puristas que, em nome da superioridade da língua portuguesa recusam todo o efeito à interacção.

Mas não é somente a língua que sucumbe às exigências do meio ambiente. O próprio homem não pode resistir à atracção da terra e das gentes. Enraizado na terra e na cultura angolanas, o homem europeu, que se instalou em Angola, muitas vezes sem esperança de retorno, e mesmo sem nunca ter pensado abandonar essa terra, onde nasceu, é um homem cada vez menos europeu. António Jacinto, Luandino Vieira, António Cardoso e tantos outros são os testemunhos da força e do valor da angolidade, enquanto expressão da identidade nacional.

Mas, como diz Viriato da Cruz, "O intelectual colonizado, mais cedo ou mais tarde, dar-se-á conta de que não se prova a sua Nação a partir da cultura. A Nação prova-se no combate que o povo trava contra as forças de ocupação." Era preciso preparar o futuro de Angola. E, nesse combate, o papel dos intelectuais foi fundamental. País encruzi-

lhada de povos, de raças, de culturas e de ideais, Angola é um país projectado para o futuro.

A Nação

E a primeira tarefa a realizar era a edificação do principal pilar do Estado, quer dizer, unir a Nação. Para atingir tal objectivo, nenhum método é exclusivo ou definitivo. Mas, no caso particular de Angola, tendo em conta a complexidade da tarefa, duas direcções parecem essenciais: a redefinição dos contornos da Nação e o reconhecimento do direito à diferença de todas as suas componentes.

Os contornos da Nação angolana, em construção, eram, quando Angola acedeu à independência, mais vastos do que os que existem actualmente. No domínio racial, compreendia todos aqueles que, pelo sangue, pelo nascimento ou pelo trabalho, tinham laços com o território angolano e desejavam mantê-los. Fazia parte desse conjunto a quase totalidade dos negros, mas também a quase totalidade dos mestiços e uma grande parte dos brancos, que tinham com o território angolano laços profundos, que não eram somente sentimentais. Ignorar esse facto não pode senão tornar definitiva a divisão da Nação angolana e contribuir assim para o seu enfraquecimento.

Em Angola, os nacionalistas tentaram responder a tais questões numa proclamação adoptada em 1975 pela União dos Escritores Angolanos. Constatava-se nesse documento: “1º) a necessidade e a urgência de defender a dignidade e a especificidade cultural do homem angolano e salvaguardar, especialmente, as suas tradições culturais, historicamente perspectivadas e garantidas, por séculos de resistência popular, assim como as conquistas culturais obtidas ao longo da luta pela independência nacional; 2º) a necessidade e a urgência de activar, a partir dessas tradições e conquistas, o inventário cultural do país, no contexto particular do renascimento cultural africano, como contribuição original para um mundo verdadeiramente livre.”

Tratava-se, no fundo, de uma incitação à pesquisa dos elementos susceptíveis de permitir a construção da angolanidade, com vista à sua integração na africanidade. É que a presença portuguesa deixou traços profundos na terra, nas coisas e nas gentes. Do ponto de vista humano, a assimilação foi a arma essencial utilizada para a “conquista das almas.”

Os nacionalistas angolanos, na sua luta para estabelecer uma entidade estadual no solo angolano, contestaram essa política, tanto como princípio quanto como método. E a razão principal residia no facto que, segundo o movimento pela independência de Angola, o quadro político colonial não era apto para satisfazer a necessidade que se fazia sentir de um desabrochar da cultura angolana.

Em última análise, o que os nacionalistas angolanos procuravam era um bilhete de identidade para o Estado angolano em vias de construção, de maneira a poder fazê-lo valer, tanto no interior como no exterior do território. Segundo Mário de Andrade, as questões que se punham aos nacionalistas eram as seguintes: “Rejeição definitiva do substrato negro-africano? Diluição na cultura dominante? Aceitação da pseudo-condição de mestiço cultural?”

Essas interrogações marcaram toda a reflexão dos nacionalistas

sobre a cultura angolana. As respostas que foram dadas estão longe de ser unânimes. A razão principal reside no facto que, aqueles que procuraram definir a angolanidade, esqueceram, muitas vezes, os seus elementos constitutivos.

Os factores de unidade

A angolanidade é um dos múltiplos neologismos que os nacionalistas angolanos forjaram, no decurso da luta de libertação. Criado, talvez, por Alfredo Margarido, em 1960-61, o termo aparece pela primeira vez num artigo de Fernando Costa Andrade, que dá desse conceito a definição seguinte: “É preciso entender-se por Angolanidade não somente a negritude, mas também a perspectiva do homem-novo que Frantz Fanon menciona como sendo indispensável para um diálogo efectivo entre os homens de África e dos outros continentes”.

Essa definição, elaborada sob a pressão dos acontecimentos político-militares, que se desenrolavam em Angola, não aparece apta para descrever a realidade cultural angolana. Ela não toma em consideração a historicidade do fenómeno cultural angolano. É Agostinho Neto que nos lembra essa historicidade quando declara: “O povo e o meio ambiente foram, aqui em Angola, marcados pelo ferro da escravatura,

e a colonização marcará, durante muito tempo ainda, a vida do nosso povo angolano.”

Não é, pois, na negritude que se deve procurar as raízes da cultura angolana. Proceder dessa maneira seria negar o efeito de aculturação que resultou da colonização. O fenómeno cultural angolano deve ser estudado como um *fenómeno social total*, e não como o simples resultado de um *contacto de culturas*. Devemos, infelizmente, constatar que o próprio Agostinho Neto também caiu no erro de uma abordagem culturalista do fenómeno social angolano. “A cultura angolana, diz ele, está constituída, hoje, por partes que vão das áreas urbanas assimiladas até às áreas rurais apenas influenciadas pela assimilação cultural europeia”. É esquecer os critérios da aculturação, na medida em que ele reduz essa aculturação à sua forma forçada, enquanto ela também pode ser espontânea, natural, livre ou mesmo *controlada*.

Talvez seja a definição de Alfredo Margarido a que mais se aproxime daquilo que é, verdadeiramente, a angolanidade; quer dizer “a substância nacional angolana”. Essa noção permite re-situar a problemática cultural angolana na sua historicidade, porque mostra que: “Angola tem uma característica cultural própria, que resulta da sua história ou das suas histórias”, para retomar uma expressão de Agostinho Neto.



Lubango - Universidade - Photo Michel Pérez

O que é verdade é que a noção de angolanidade foi obscurecida com o tempo e parece, por vezes, imprecisa na sua formulação ou inexacta no seu conteúdo, porque é uma noção evolutiva. Aqueles que procuraram esclarecê-la não tomaram em conta os factores da sua evolução. Com efeito a angolanidade tem dois fundamentos: um político e outro cultural.

No domínio político, a angolanidade aparece como um instrumento necessário, senão indispensável, para a criação e a afirmação da identidade nacional em construção. No fundo esse fundamento é a consequência lógica da reflexão e da influência que Frantz Fanon exerceu na luta pela independência: “Nós pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da Nação constitui a maior manifestação cultural possível”, dizia ele, desde 1959.

Mas esse fundamento político vai sempre acompanhado com um fundamento cultural, que lhe dá a sua dimensão real. É que a angolanidade serve de revelador aos alicerces da cultura autónoma da Nação angolana em formação. Mário de Andrade apresenta essa problemática da seguinte maneira: “No caso dos portugueses, a assimilação sempre se traduziu, na prática, pela destruição dos quadros negro-africanos e a criação de uma elite quantitativamente reduzida. Ela apresenta-se como a receita mágica que conduziria o indígena das trevas da ignorância até à luz do saber. Uma forma de passagem do não-ser ao ser cultural, para utilizar a linguagem hegeliana’.

Para sair do impasse ao qual conduz tal política, os nacionalistas angolanos propõem um estudo aprofundado “...das questões que advêm das culturas das diferentes nações angolanas, hoje confundidas numa só, e dos efeitos da aculturação, dado o contacto com a cultura europeia”. Em suma, a estratégia proposta visa, ao mesmo tempo, “um retorno às origens”, e uma rejeição da contribuição estrangeira porque, como diz Costa Andrade: “a perspectiva da angona-

lidade é a do homem angolano, em luta contra os processos erosivos da alienação”.

Não se pode deixar de constatar que todo este esforço de construção da angolanidade se faz em abstracto. Ela não tem assento nenhum na realidade, que ela ignora, para se refugiar nas núvens fungíveis da filosofia. Mas, mesmo nesse terreno a opção não parece adaptada.

Sabemos quanto a negritude, enquanto afirmação do facto cultural africano, está hoje contestada. Do mesmo modo, o “retorno às origens” ou à busca da autenticidade encontram hoje tais dificuldades, que vão sendo, pouco a pouco, abandonados como conceitos.

A angolanidade deve construir-se a partir dos elementos concretos em que se manifesta, não como um esforço de negação de uma realidade cultural imposta, mas como um esforço de afirmação de uma realidade cultural nova, que nasceu do cruzamento de civilizações. Só uma abordagem desse tipo pode permitir-nos ligar o cultural e o social, porque, diz Roger Bastide, “...essas duas séries de factos não se podem separar e estão em relação dialéctica estreita: a integração conduz à assimilação; a competição implica uma contra-aculturação. Os fenómenos de contactos culturais estão ligados às relações raciais e condicionados por elas”.

O problema da angolanidade ultrapassa, pois, o quadro restrito da pesquisa sobre a noção, para atingir o próprio conteúdo. A questão já não é tanto a de saber o que se deve rejeitar, mas a de reunir todos os elementos susceptíveis de participar na construção da angolanidade. Se procurássemos responder às questões tal como as põe Mário de Andrade encontrar-nos-íamos diante de um vazio. É que, tais questões, não parecem correctamente formuladas. É verdade, e este factor é importante, que tais questões foram elaboradas no fogo do combate pela independência nacional. Não podemos, nem devemos, ignorar esse facto. Mas, seja como for, é importante constatar que a angolanidade não se constrói

pela rejeição do abstracto negro-africano, nem pela diluição numa qualquer cultura dominante e, ainda menos, pela aceitação da “pseudo-condição de mestiço cultural”.

A angolanidade constrói-se com tudo aquilo que a História legou ao povo angolano: o abstracto negro-africano e os elementos da cultura dominante que, ao longo dos séculos, penetraram até ao fundo do inconsciente popular. Será que essa concepção conduz à aceitação da condição de mestiço cultural? Absolutamente, não! É que essa concepção é a única que seja conforme à realidade. Ela parte do princípio que não há cultura *pura*, como não há raça *pura*. E é por isso que devemos assumir, plena e inteiramente, a realidade histórica que forjou Angola e a sua cultura.

Os preconceitos

A análise dos elementos constitutivos da cultura angolana mostra que essa concepção é conforme à realidade. Tomemos, por exemplo, dois elementos: o elemento linguístico e o elemento psicológico. No domínio linguístico, a língua portuguesa foi adoptada como língua oficial do país. Mas os nacionalistas parecem lamentar essa opção e pronunciavam-se por um combate contra a língua do colonizador. É o próprio Agostinho Neto que se exprime nos termos seguintes: “... o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável, actualmente, na nossa literatura não resolve os nossos problemas”.

Língua e linguagens

É verdade que os portugueses procuraram impor a língua portuguesa em todos os degraus da construção social angolana. Eles não hesitaram em tentar a utilização de métodos conducentes à destruição das línguas *indígenas*, como eles diziam. Mas, nesse combate, com armas desiguais, o projecto português nem sempre saiu vencedor. Restará, certamente, a ilusão de uma vitória. Mas somente a ilusão!

Porque, se a língua portuguesa foi introduzida como língua oficial em Angola, ela será, como diz Alfredo Margarido, "...influenciada pela língua autóctone e determinará a criação - não do que se chama o português do colonizador - mas de uma forma híbrida, mais negra do que portuguesa".

O colonizador, para melhor se fazer compreender, acaba por adotar um meio de expressão imposto, indirectamente, pelo colonizado. O uso dessa nova língua é muito corrente e, mesmo na obra de certos poetas que melhor conhecem o português, encontramos deformações muito características: Mário António, António Jacinto.

Aqueles que conduzem um combate contra a língua portuguesa ignoram, portanto, completamente o processo de "invenção da língua angolana". O mesmo processo já se desenrolou no Brasil. Alfredo Margarido explica assim essa invenção da língua: "...a relação entre a língua do colonizador e a língua do colonizado é precária. Mais ainda: verifica-se que os africanos, apesar da sua presença prolongada junto do colonizador, não aprendem o português. Eles aprendem uma língua intermédia, que lhes permite somente uma identificação superficial."

Haverá uma rejeição do substracto negro-africano no processo de invenção da língua angolana? A resposta, como podemos verificar, só pode ser negativa. E também é evidente que não há diluição na cultura dominante. A língua angolana é o produto da história comum de duas civilizações, que fizeram mais do que coexistir (porque dois povos podem coexistir, mesmo pacificamente, e, no entanto, odiar-se profundamente). A língua angolana é o produto da história de dois povos que viveram juntos, durante séculos.

Ao utilizar a língua portuguesa, o intelectual angolano também não aceita a "pseudo-condição de mestiço cultural". Para compreender o sentido e o alcance dessa afirmação, voltemos a Alfredo Margarido. Para este autor, a língua portuguesa não é a língua do intelectual angolan-

lano. "Ele serve-se somente dela, porque o colonizador lhe permite, por um lado, e o obriga, por outro (na verdade tal obrigação não é nunca total; as deformações fonéticas começam, desde que o colonizado é forçado a utilizar a língua do colonizador). Assim, se a palavra não o distancia dos problemas humanos e permite-lhe entrever uma solução para tais problemas, também o força a exprimir em português as particularidades da sua posição de negro colonizado, cuja cultura tradicional tem as suas raízes no Kimbundu."

Se se tiver em conta o facto de que esse extracto foi tirado de um artigo sobre a poesia de Agostinho Neto, não é difícil concluir-se que a língua angolana, quer dizer, o português falado em Angola, é um elemento importante da construção da angolanidade. Num país em que a diversidade linguística é uma fonte de instabilidade e de confrontações entre as diversas etnias, a existência de uma língua comum, supra-étnica, aparece como um elemento de aglutinação da Nação. Essa língua é o português falado em Angola, nascido, não de uma deformação do português, mas de uma "...reinvenção da língua, que parece provar a grande vitalidade do português, mas também a necessidade angolana de abandonar o espaço de glotofagia, para utilizar uma expressão em voga, actualmente.

Depois de ter, assim, delimitado o elemento linguístico da angolanidade, resta-nos a delimitar o elemento psicológico. É que, na verdade, como diz Roger Bastide, "...a dialéctica que intervém nos cruzamentos de civilizações diferentes deve ser destacada de toda a postulação filosófica e ficar puramente empírica: ela põe-nos em presença de um duplo movimento, que vai das supra-estruturas à infra-estrutura e vice-versa, que produz toda uma série de reacções em cadeia, ou dos valores que mudam até ao nível ecológico, ou das estruturas que se modificam e transformam os valores, as normas e os símbolos."

O elemento psicológico da angolanidade não será tratado aqui, nem em toda a sua complexidade,

nem na totalidade. O nosso objectivo é, simplesmente, de mostrar como o mundo dos valores e dos símbolos, por um lado, e as expressões da vontade do povo, por outro lado, apesar de sofrerem os efeitos da civilização europeia, não perderam em nada a sua especificidade.

Culturas e vivências

Aquilo a que se chama, por exemplo, a *mentalidade angolana*, quer dizer, o conjunto das maneiras de viver, de sentir e de pensar, próprios ao povo angolano, foram fortemente influenciados pelo contacto directo ou indirecto com a civilização europeia. A contribuição tecnológica desta última e as suas técnicas comerciais e culturais marcaram profundamente as transformações das formas de expressão da mentalidade angolana.

Essa realidade foi constatada por Agostinho Neto nos termos seguintes: "... no contexto angolano, a expressão cultural resulta, senão de cópia -por enquanto - pelo menos do resultado duma aculturação secular, que pretende reflectir a evolução material do povo que, de independente, tornou-se submisso e completamente dependente para tornar-se de novo independente, em novas condições."

É verdade, sim, que a cultura angolana, a nova cultura angolana é aquela que foi construída pela história, e o realismo exige que assumamos a história. É o próprio Agostinho Neto que nos indica essa via. Escutemo-lo: "A cultura evolui com as condições materiais e a cada etapa corresponde uma forma de expressão e de concretização de actos culturais."

Os estudos dos etnólogos sobre Angola mostram bem que, apesar da influência portuguesa, a sociedade angolana não se dissolveu nos cânones e valores propostos pela cultura dominante. Ela adaptou-se e produziu um novo sistema de valores e de normas, que constituem os elementos, não de uma *mentalidade portuguesa*, mas de uma *mentalidade angolana*. É certo que houve sincretismos religiosos



No mercado - Huila - Photo Michel Pérez

que “...incluem o culto de Cristo em quase todo o território...” Mas “o mundo sobrenatural dos indígenas”, para retomar a expressão de Jorge Dias, ficou afastado do racionalismo científico, que teria, sem isso, destruído a sua própria substância.

As normas e os valores que entram na constituição da angolidade podem encontrar-se, na sua expressão concentrada, nas recolhas de Óscar Ribas e Estermann, que nos revelam, não um mundo petrificado, voltado para si mesmo, mas um mundo que, ao mesmo tempo que tem as suas raízes na terra angolana, não resistiu à atracção dos factores exógenos. Agostinho Neto exclamou-se um dia nos termos seguintes: “Felizmente a hesitação e a dúvida foram criadas sobre a questão de saber se a cultura portuguesa, que serviu algumas camadas sem ligação com o seu povo, é ou não a que deveria ser apresentada como a emanção cultural do povo angolano. Mas a questão não se põe nesses termos e nunca foi assim posta, mesmo por angolanos de origem europeia. A reivindicação de angolidade foi sempre um facto para todos os angolanos, tenham eles ou não participado no esforço de contestação do colonialismo português. O homem angolano nunca se sentiu culturalmente português, porque, como diz o próprio Agostinho Neto,

“...a cultura angolana é africana, ela é sobretudo angolana”.

As “tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa” para retomar o título do estudo do professor Marcelo Caetano, tiveram em Angola uma característica particular: o esforço para assimilar o africano ao europeu. Essa orientação repousava sobre duas bases: ela tinha, por um lado, um fundamento filosófico, cujo núcleo era a *moral cristã*, e por outro, a necessidade de uma certa eficácia, na implantação do sistema administrativo português. Seja qual for a importância do juízo de valor que possamos ter sobre as ambições dos portugueses, não podemos, de maneira nenhuma esquecer a obra realizada.

O assimilado era um africano desenraizado que cortou os laços culturais com a sociedade africana originária, para adquirir e utilizar “os hábitos e costumes” dos europeus. Para obter esse estatuto, ele devia passar com sucesso um teste que compreendia, entre outras provas, as seguintes: falar e escrever correctamente o português, viver de um trabalho regular e dispor de um certo rendimento. O africano que tivesse passado com sucesso esse teste era assimilado aos europeus e beneficiava, assim, dos privilégios reservados à sociedade europeia. Foi assim que a

sociedade euro-africana se estruturou.

A colonização portuguesa criou, assim, um africano de tipo novo. Destribalizado, não sabendo, por vezes, falar a língua local, impellido para as estruturas organizacionais europeias e, enfim, urbanizado, o assimilado desempenha, plenamente, o seu papel de pilar da colonização. A partir de 1961, o desenvolvimento do sistema educativo vai permitir o aumento da miscelânea racial e do número de africanos que fazem parte da sociedade euro-africana. A identificação do estatuto sócio-económico com a raça encontra-se já em vias de desaparecimento. A diferenciação biológica vai ser substituída pela diferenciação cultural.

Conclusão

Nas vésperas da independência, a Nação angolana ainda não se tinha consolidado. A luta pela independência foi um dos factores de aglutinação da nação. A divisão da Nação angolana está na base da guerra fratricida. A política colonial de dividir para reinar fez com que se reforçassem os germes da divisão: o racismo, o regionalismo, as reivindicações de carácter étnico. Foi assim que o projecto nacionalista falhou. A paz só é possível quando os nacionalistas se decidirem a lutar, não por interesses mesquinhos, mas pela causa da democracia, fazendo tudo pela Nação e nada contra a Nação.

O que está em causa é a unidade de Angola enquanto Estado: ou a unidade se faz na diversidade, ou a divisão da Nação se perpetua, com as suas repercussões sobre a unidade do Estado. Em suma, a equação a resolver resume-se no binómio seguinte: regionalismo ou nacionalismo. A questão parecia ter sido resolvida durante a luta pela independência. Ela volta a pôr-se com grande acuidade, o que vem justificar a trilogia que constitui o título deste artigo ●

* Maître de conférence à l'Université de Paris V; président de la Maison de l'Angola (Paris).